

A aderência das pequenas e médias empresas à norma brasileira de contabilidade TG 1000 nos escritórios contábeis de Guaporé.

Aluno (a): Leticia Ozekoski
Orientador (a) no TCC I: Prof. Me. Cintia Melara
Orientador (a) no TCC II: Prof. Me. Cintia Melara
Semestre: 2021-4

Resumo

As Normas Brasileiras de Contabilidade são regulamentadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e tornam-se de suma importância para o setor. O objetivo das mesmas é de contribuir com a formulação consistente e fundamento das normas, também, fornece uma base para o uso de julgamento na solução de problemas da contabilidade. O presente estudo foi realizado na cidade de Guaporé, estado do Rio Grande do Sul, e teve por objetivo verificar a aderência das Pequenas e Médias Empresas a NBC TG 1000 nos escritórios contábeis. A pesquisa classifica-se bibliográfica com estudo de caso, com natureza qualitativa e quantitativa e procedimento de coleta de dados. Este questionário foi enviado a dezessete escritórios contábeis no qual alcançou apenas 47,06% dos mesmos. Sendo que dos oito questionários respondidos 87,5% aplicam a norma conforme determina o CFC. Os limitadores desta pesquisa foram que nem todos os escritórios contábeis responderam aos questionários enviados, impossibilitando assim a averiguação completa da aplicação da referida norma. Sugere-se novos estudos na cidade de Guaporé e região, visando obter resultados com um nível de significância maior.

Palavras-chave: Normas. Escritórios contábeis. Contabilidade. Pesquisa.

1. Introdução

1.1 Contextualização do estudo

De acordo com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) (2018), os pequenos negócios empresariais são formados pelas micro e pequenas empresas (MPE) e pelos microempreendedores individuais (MEI). No Brasil existem 6,4 milhões de estabelecimentos. Desse total, 99% são micro e pequenas empresas (MPE).

As MPEs respondem por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado (16,1 milhões). As micro e pequenas empresas podem ser classificadas de acordo com o número de empregados e com o faturamento bruto anual (SEBRAE, 2018).

Segundo Silva e Marion (2013), a segmento pequenas e médias empresas (PMEs) se diversificou à medida que são encontrados novos elementos para sua caracterização. Algumas pesquisas abordam como característica o número de funcionários, outras enfocam o seu faturamento bruto, e tem as que conseguem articular esses dois critérios. Na prática, a existência dessas variadas definições decorre do fato de que as finalidades e os objetivos das instituições que promovem seu enquadramento são diferentes.

Conforme Deaconu, Nistor e Popa (2009), os principais usuários dos relatórios contábeis das pequenas e médias empresas (PMEs) são as autoridades públicas, os bancos, os próprios acionistas e os seus gestores.

O processo de globalização da contabilidade vem acompanhando a evolução da economia mundial, no que se refere à captação de recursos internacionais e a diminuição de barreiras entre os países. De tal maneira que a informação contábil se tornou ainda mais importante para as decisões de gestores e administradores (DELOITTE, 2009).

É de suma importância que as pequenas empresas cumpram com as normas contábeis pois há o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) PME que visa melhorar a qualidade da informação contábil gerada aos usuários, tornando-a mais fidedigna, comparável e acessível aos mercados internacionais.

1.2 Delimitação do tema

Para Cervo e Bervian (2006) “delimitar o tema é selecionar um tópico ou parte a ser focalizada. ”

Segundo Gil (2008), refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a sua diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de dados.

Neste sentido este trabalho teve como enfoque básico a aderência das Pequenas e Médias Empresas à Norma Brasileira de Contabilidade (NBC).

1.3 Questão de pesquisa

Segundo Gil (1991), nem todo problema é passível de tratamento científico, é preciso identificar o que é científico daquilo que não é. Um problema é de natureza científica quando envolver variáveis que podem ser tidas como testáveis.

A formulação do problema prende-se ao tema proposto: ela esclarece a dificuldade específica com a qual nos defrontamos e que pretendemos resolver por intermédio da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Uma vez formulado o problema, com a certeza de ser cientificamente válido, propõe-se uma resposta “suposta”, provável e provisória, isto é, uma hipótese. Ambos, problema e hipótese são enunciados de relações entre variáveis, a diferença reside em que o problema constitui sentença interrogativa e a hipótese sentença afirmativa. (LAKATOS; MARCONI, 1991).

Assim, para este trabalho definiu-se a seguinte questão de pesquisa: Nível de aderência das Pequenas e Médias Empresas à Norma Brasileira de Contabilidade TG 1000 nos Escritórios Contábeis de Guaporé?

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Minayo (2010) afirma que a formulação dos objetivos permite responder ao que é pretendido com a pesquisa, ou seja, que propósitos o pesquisador espera alcançar ao término da investigação. Dessa forma, “é fundamental que estes objetivos sejam possíveis de serem atingidos” (MINAYO, 2010, p. 44).

Gonsalves (2003, p. 56), por sua vez, define mais didaticamente o objetivo, descrevendo-o como “o que você pretende atingir com a sua pesquisa e não o que você vai fazer para atingi-lo”.

Gonsalves (2003, p. 57) afirma que esse objetivo deve trazer aquilo que se quer atingir com a pesquisa, uma vez que esse é “um objetivo mais amplo, a questão principal da pesquisa”.

Este trabalho teve como objetivo verificar a aderência das Pequenas e Médias Empresas (PME's) a NBC TG 1000 nos escritórios contábeis de Guaporé.

1.4.2 Objetivos Específicos

Gonsalves (2003, p. 57) define tais objetivos como “secundários, [...] relacionados à questão principal os quais definem aspectos mais específicos, que contribuem para alcançar o objetivo geral”. Ou seja, não há como criar uma série de objetivos específicos separados do geral, uma vez que eles são o seu desdobramento (MINAYO, 2010).

Minayo (2010, p. 45) afirma, que tais objetivos “serão o guia para a escolha e construção dos métodos e instrumentos. Espera-se que o desenho metodológico viabilize a realização de cada um dos objetivos”.

Com base nos autores Gonsalves (2003) e Minayo (2010), os objetivos específicos deste trabalho são:

- Pesquisar sobre pequenas empresas e contabilidade aplicada as mesmas;
- Conhecer a norma aplicável as pequenas empresas;
- Avaliar se as pequenas empresas dos escritórios de contabilidade de Guaporé estão cumprindo com a norma contábil NBC TG 1000 das pequenas empresas;
- Elaborar uma pesquisa com os contadores dos escritórios de contabilidade de Guaporé, para identificar se as pequenas empresas estão cumprindo a NBC TG 1000.

1.5 Justificativa do estudo

Para Köche “a justificativa destaca a importância do tema abordado tendo em vista o estágio atual da ciência, as suas divergências polemicas ou a contribuição que pretende proporcionar a pesquisa para o problema abordado”. (2010, p.144)

Segundo Minayo (2010), demonstra três maneiras de se justificar a realização de uma pesquisa: a de ordem teórica, a de ordem prática e a de ordem pessoal. A primeira se refere ao valor científico que tal pesquisa pode trazer para a área pesquisada enquanto a segunda se refere à sua influência (direta ou indireta) no meio social.

Conforme Roesch (2013, p.98) “justificar é apresentar razões para a própria existência do projeto. Em termos gerais, é possível justificar um projeto através de sua importância, oportunidade e viabilidade”.

Este trabalho se justifica pelo fato da autora buscar adquirir conhecimento teórico sobre o tema, conhecer como está a adesão à norma para pequenas e médias empresas e também conhecer especificamente a NBC TG 1000.

2. Referencial Teórico

2.1 Normas Contábeis

A contabilidade no Brasil possui um histórico de desenvolvimento recente, se iniciou na década de 1970 com o advento da reforma bancária e com o desenvolvimento, mesmo que inicial, do mercado de capitais. (CORRÊA, 2012).

A contabilidade brasileira, de acordo com Niyama (2007, p.2), “foi vinculada à legislação e à regulamentação por organismos governamentais, sendo politicamente fraca a influência de órgãos de classe para determinação dos procedimentos contábeis”.

Segundo o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC/RS, 2009), as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) são um conjunto de regras e procedimentos de conduta que devem ser observados como requisitos para o exercício da profissão contábil, bem como os conceitos doutrinários, princípios, estrutura técnica e

procedimentos a serem aplicados na realização dos trabalhos previstos nas normas aprovadas por Resolução emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

De acordo com Castilhos *et al.* (2015), entende-se que a contabilidade era utilizada para atender requisitos fiscais, da legislação tributária e societária, sem a visão de atender os demais usuários. Esse cenário passa a ter mudanças a partir da criação de alguns órgãos reguladores e intervenção de outros, principalmente com a adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*) através da Lei nº 11.638/2007.

De acordo com Sousa (2016), o processo de convergência brasileira aos padrões internacionais se inicia em 2007 com a publicação da Lei 11.638/2007 e em 2009 com uma Resolução do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) 1.156/2009. A regularização se realiza através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) que passaram a seguir os padrões contidos no IFRS.

Conforme Padoveze, Benedicto e Leite (2012), o processo internacional de harmonização das normas contábeis foi necessário, pois: melhora e aumenta a transparência, a compreensão e a comparabilidade das informações divulgadas aos diferentes mercados financeiros; reduz custos de elaboração, divulgação e de auditoria das demonstrações financeiras; elimina as diferenças em resultados gerados pelo reconhecimento contábil das operações a partir de um único conjunto de normas.

A preocupação com a harmonização contábil também se estende às empresas de pequeno e médio porte, conforme Padoveze, Benedicto e Leite (2012). Em 2009 o IASB (*International Accounting Standards Board*) publicou uma norma internacional de contabilidade adaptada para as empresas desse porte. No Brasil, afirma Padoveze, Benedicto e Leite (2012, p. xv) “as normas internacionais de contabilidade estão sendo introduzidas por meio de pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, que as emite em consonância com as práticas internacionais”.

Para Gelbcke *et al.* (2018), as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB foram implementadas no Brasil pelo CPC e pelos órgãos reguladores brasileiros, principalmente pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e pelo CFC. Elas têm algumas características básicas: são baseadas muito mais em princípios do que em regras; na Prevalência da Essência sobre a Forma; são muito mais importantes os conceitos de controle, de obtenção de benefícios e de incorrência em riscos do que a propriedade jurídica para registro de ativos, passivos, receitas e despesas; a contabilidade passa a ser de toda a empresa, não só do Contador.

Como afirma Silva e Soares (2011, p. 7), o CPC PME (Pequenas e Médias Empresas) trouxe algumas simplificações aplicáveis às empresas que têm obrigação de prestação pública de contas. A adoção das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS-PME) não é um exercício meramente técnico, envolvendo o reordenamento de informações e reclassificações nas demonstrações contábeis. A conversão para as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS-PME) desafiou os fundamentos de um modelo de negócios até então existente nas pequenas e médias empresas, e fornecerá a elas uma oportunidade ímpar para reexaminar e replanejar sua administração, através da maneira de reportar seus gerenciamentos internos (SILVA; SOARES, 2011).

Para Padoveze, Benedicto e Leite (2012, p. 3) “a contabilidade pode ser vista como uma linguagem financeira universal no mundo dos negócios, e a harmonização de suas normas é um processo de extrema necessidade e relevância para as empresas que operam em diversos países”. O objetivo dessas normas é desenvolver um modelo único de normas contábeis internacionais, de alta qualidade, que proporcionem transparência e comparabilidade das demonstrações contábeis.

Santa e Laffin (2012) destacaram a importância da informação contábil para a gestão

de pequenas e médias empresas, relatando que são os problemas gerenciais os maiores motivos para a mortalidade destas empresas, relevantes para a economia do país. Os autores afirmam que o benefício alcançado pelas pequenas e médias empresas com as mudanças nas Normas Brasileiras de Contabilidade é um número maior de informações fornecidas pela contabilidade, que dá mais subsídios para a tomada de decisão.

Segundo analistas da ERNST & YOUNG (2009), a implantação do IFRSs traz um conjunto considerável de barreiras a serem transpostas. Uma das que mais chamam a atenção é a necessidade de afinar a comunicação com os leitores dos demonstrativos desde a primeira publicação.

2.2 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas

Segundo Coronado (2009), existem diferentes critérios para a classificação das empresas no Brasil, elas são classificadas em micro, pequenas, médias e grandes conforme a instituição responsável pela classificação.

A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a lei do Simples Nacional classifica as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte através da Receita Bruta Anual.

Segundo a Lei 123, de 14 de dezembro de 2006, é considerado microempresa caso a receita bruta seja igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Já a empresa de pequeno porte é considerada se no ano-calendário a receita bruta for superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), que já está em vigor, pela Lei Complementar nº 155, de 2016.

No Brasil as sociedades por ações fechadas (sem negociação de suas ações ou outros instrumentos patrimoniais ou de dívida no mercado e que não possuam ativos em condição fiduciária perante um amplo grupo de terceiros), mesmo que obrigadas à publicação de suas demonstrações contábeis, são tidas, para fins do Pronunciamento sobre PME do CPC, como pequenas e médias empresas, desde que não enquadradas pela Lei nº 11.638/07 como sociedades de grande porte (GELBCKE *et al.*, 2018).

Segundo Lopes e Martins (2007) a contabilidade tem a função clara e objetiva de servir às necessidades dos usuários, rejeitando-se a ideia da 'contabilidade pela contabilidade'. Os autores ressaltam que a função da contabilidade é bastante ampla, pois é responsável pelo fornecimento de informações de caráter operacional e não somente financeiro.

Conforme Marion (2008, p. 24) "A contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa [...]". Sendo assim, os objetivos da contabilidade vão além de registrar os fatos que modificam o patrimônio, serve ela para auxílio aos gestores na tomada de decisões, pois estarão embasados em relatórios contábeis e terão ciência da situação econômico-financeira da empresa.

A contabilidade possibilita à empresa coletar, processar e relatar informações para uma variedade de decisões, porém é perceptível a imagem para as pequenas empresas de que a contabilidade apenas existe para o atendimento das exigências fiscais, ficando relegado, ao segundo plano, o atendimento às necessidades da gestão dos negócios (STROEHER; FREITAS, 2008).

A contabilidade foi criada devido à necessidade do homem em obter informações a respeito de suas riquezas, de controles e de poder mensurar. Alguns estudiosos e pesquisadores consideram que a contabilidade já existia em 3.000 a.C. e até em 8.000 a.C., uma vez que era necessário quantificar fisicamente os bens que possuíam, representando um inventário e evidenciando-se, assim, o controle do patrimônio (SANTOS; VEIGA, 2014).

Ainda segundo Santos e Veiga (2014), a Contabilidade estuda a formação e variação do patrimônio das entidades, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas, com fins lucrativos ou

não. Tem a finalidade de fornecer controles e informações sobre a composição do patrimônio e suas variações com o objetivo de prover os usuários internos e externos com informações e avaliações dos aspectos econômicos, financeiros e sociais, estando condicionada aos aspectos legais e fiscais.

Para Lunardi, Dolci e Maçada (2010, p. 7) problemas relacionados às pequenas e médias empresas são únicos e, portanto, merecem pesquisas específicas para tentar preencher essas lacunas. Ainda para os autores, as pequenas e médias empresas caracterizam-se pelo alto nível de incerteza em seu ambiente, o que dificulta o gerenciamento das que não possuem uma visão estratégica as quais, portanto, não percebem a necessidade de buscar possibilidades futuras. Lunardi, Dolci e Maçada (2010, p. 7).

Stroehrer e Freitas (2008) verificaram que as pequenas empresas não têm interesse em informação contábil relativa à gestão do empreendimento e que a informação de maior frequência fica restrita aos assuntos de ordem fiscal, legal e burocrática.

Para Gelbcke *et al.* (2018), pequenas e médias empresas, conforme conceito adotado pelo CPC (consequentemente também pelo CFC) são empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas e elaboram demonstrações contábeis, além de para fins internos de gestão, para usuários externos, mas para finalidades gerais, como é o caso de sócios que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.

Segundo o CFC (2012), o objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.

Para regulamentar a contabilidade das pequenas e médias empresas, o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) aprovou, em 2009, o Pronunciamento Técnico CPC PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, deliberando que a partir de 1º de janeiro de 2010 a referida norma já fosse adotada. Elaborado a partir do *The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities* (IRFS for SMEs), produzido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), o objetivo é transformar as diversas práticas contábeis em uma linguagem única, aceita por diversos países, viabilizando a comparabilidade das informações contábeis produzidas em países distintos. A homologação da Resolução CFC nº 1.255/09 resultou na aprovação da NBC TG 1000 (Norma de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas), com vigência para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, inserindo as pequenas e médias empresas brasileiras no contexto da convergência das normas contábeis nacionais ao padrão internacional.

3. Aspectos Metodológicos

3.1 Delineamento da pesquisa

3.1.1 Tipologia em relação aos procedimentos técnicos

Segundo Köche (2010), a pesquisa bibliográfica tem por objetivo analisar e conhecer as principais teorias disponíveis para embasar o tema ou problema, permitindo o investigador levantar conhecimentos em livros ou em outras obras que poderá utilizar em sua fundamentação.

Conforme Marconi e Lakatos (2009) é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito ou dito sobre o assunto.

Fantinato (2015), a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de

referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*. Segundo o autor qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já estudou sobre o assunto.

Ainda segundo o mesmo autor, existem pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fantinato, 2015).

Para Prodanov e Freitas (2013), estudo de caso é um tipo de pesquisa que consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa.

Gil (2010, p. 37) afirma que o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.” Define-se, também, um estudo de caso da seguinte maneira: “[...] é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto. [...] Igualmente, estudos de caso diferem do método histórico, por se referirem ao presente e não ao passado.” (YIN, 1981 apud ROESCH, 1999, p. 155).

O estudo de caso tem sido considerado o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, em que os limites entre os fenômenos e o contexto nem sempre são percebidos claramente. Assim, a realização de um estudo de caso é justificável “se o caso se constituir em um evento raro ou exclusivo ou se servir a um propósito revelador” (YIN, 2001, p. 67).

Com base nos autores acima esta pesquisa se caracterizou como bibliográfica com estudo de caso.

3.1.2 Tipologia em relação aos objetivos

O estudo exploratório tem por objetivo proporcionar familiaridade com o problema, maximizando o conhecimento do pesquisador em relação a este. Normalmente consiste no primeiro passo para quem pretende estudar sobre um campo o qual não detém conhecimento suficientemente (SELLTIZ *et al.*, 1967), servindo como ponto inicial para estudos futuros (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Segundo Gil (2002, p.41) pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-los mais explícito ou a construir hipóteses, inclui levantamento bibliográfico e entrevistas.

Segundo Gil (2008) ao final de uma pesquisa exploratória o assunto passará a ser mais conhecido, haja vista que o objetivo principal de uma pesquisa exploratória é o de familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado.

Diante das colocações dos autores, entende-se que as metodologias escolhidas foram as mais adequadas para o tipo de estudo proposto.

3.1.3 Tipologia em relação à forma de abordagem do problema

Segundo Prodanov e Freitas (2013), pesquisa quantitativa se considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas.

No desenvolvimento da pesquisa de natureza quantitativa, devemos formular hipóteses e classificar a relação entre as variáveis para garantir a precisão dos resultados, evitando contradições no processo de análise e interpretação (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Enquanto a pesquisa qualitativa considera que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Tratando-se da abordagem, consiste em uma pesquisa qualitativa e quantitativa, adotando como procedimento técnico pesquisa documental e levantamento operacionalizado através de análise bibliométrica. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado” (FONSECA, 1986).

A decisão pelo desenvolvimento de uma pesquisa quali quanti envolve, além do interesse dos pesquisadores, o enfoque dado ao problema de pesquisa que, muitas vezes, depende de uma abordagem múltipla para ser adequadamente investigado (GIL, 1999; RICHARDSON, 1999; CERVO; BERVIAN, 2002).

3.2 Procedimentos de coleta e análise dos dados

Conforme Prodanov e Freitas (2013), após a definição do projeto, o desenvolvimento da pesquisa parte da coleta de dados e informações, tecnicamente levantados, analisados e interpretados visando à sua correta utilização, conforme o objetivo da pesquisa. No caso de pesquisas de campo, é necessário analisar e interpretar os dados obtidos, mediante técnicas estatísticas, para a devida elaboração do relatório de sustentação do trabalho científico.

A coleta de dados é realizada através de questionários que apresentam variáveis distintas, cujas análises são geralmente apresentadas através de tabelas e gráficos (FACHIN, 2003). Nesse tipo de pesquisa, a representação dos dados ocorre através de técnicas quânticas de análise, cujo tratamento objetivo dos resultados dinamiza o processo de relação entre variáveis (LAKATOS; MARCONI, 2011).

Conforme Marconi e Lakatos (2009), o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas que deve ser respondido sem a presença do entrevistador.

Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 48), o questionário “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Ele pode conter perguntas abertas e/ou fechadas. As abertas possibilitam respostas mais ricas e variadas e as fechadas maior facilidade na tabulação e análise dos dados.

Para este trabalho será realizado uma pesquisa bibliográfica e desenvolvido um estudo de caso, com o envio de um questionário via *google forms* aos escritórios de contabilidade de Guaporé.

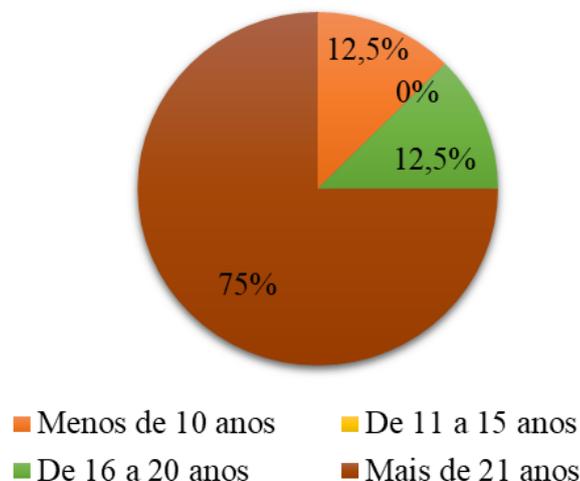
O questionário aplicado foi adaptado com base nos estudos da pesquisadora de autores citados ao longo do trabalho.

4. Resultados da pesquisa

A pesquisa foi realizada com um questionário, enviado pela ferramenta *google forms* e aplicados a dezessete escritórios contábeis de Guaporé. O presente questionário continha treze questões e obtivemos retorno de oito escritórios, ou seja, 47,06% dos escritórios contábeis de Guaporé contribuíram com a presente pesquisa.

Quando questionados sobre o tempo de atuação de cada escritório contábil no mercado, obtivemos 75% das respostas com mais de 21 anos no mercado, 12,5% de 16 a 20 anos e 12,5% com menos de 10 anos.

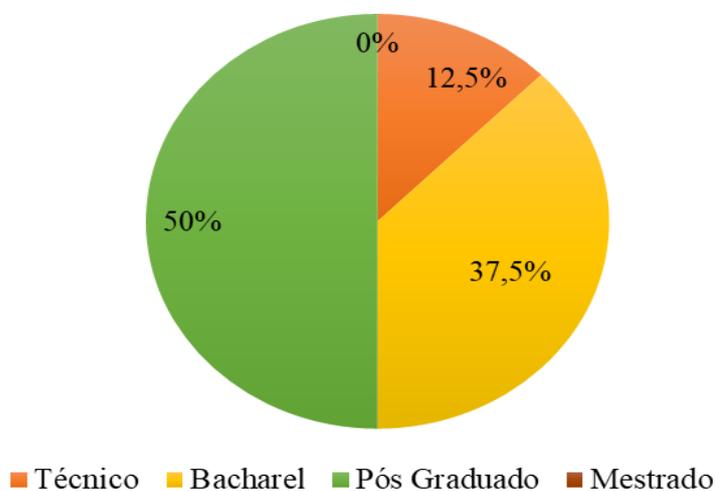
Gráfico 1: Tempo do escritório no mercado



Fonte: dados da pesquisa.

No entanto, quando questionados sobre a formação acadêmica dos proprietários dos escritórios contábeis, 50% responderam que possuem pós-graduação, 37,5% responderam ter apenas o bacharel e 12,5% detêm formação em técnico em contabilidade.

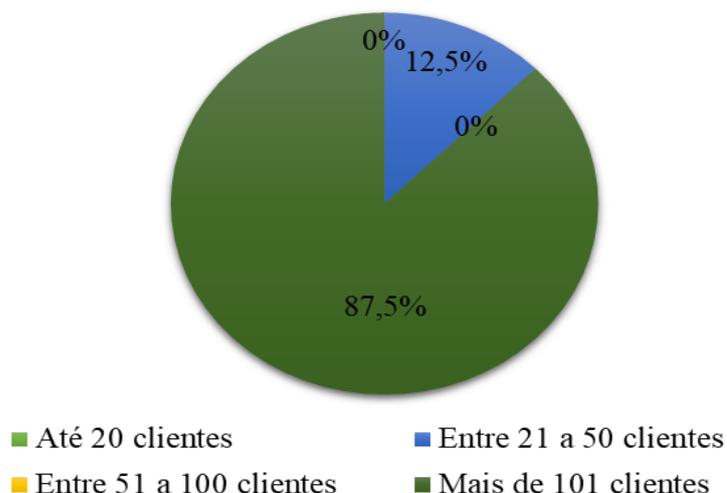
Gráfico 2: Formação acadêmica dos profissionais



Fonte: dados da pesquisa.

Quanto ao número de clientes fidelizados que o escritório possui, 87,5% responderam que tem mais de 101 clientes, 12,5% responderam que possuem de 21 a 50 clientes fidelizados.

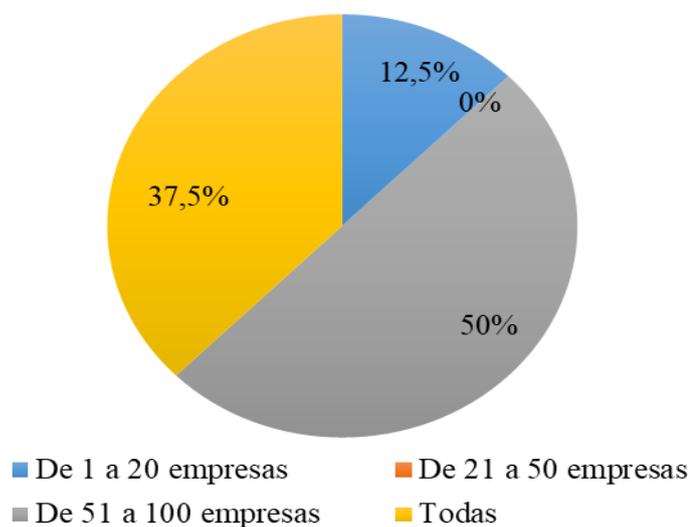
Gráfico 3: Clientes fidelizados



Fonte: dados da pesquisa.

Ainda em relação ao número de clientes fidelizados que o escritório possui e destes serem pequenas e médias empresas, 50% responderam de 51 a 100 empresas, 37,5% responderam ter todos seus clientes como pequenas e médias empresas e 12,5% de 1 a 20 empresas.

Gráfico 4: Clientes que são Pequenas e Médias Empresas



Fonte: dados da pesquisa.

Foi questionado se o escritório contábil investiu em treinamento para os funcionários quando houve o processo de convergência das normas brasileiras para as normas internacionais de contabilidade, fazendo com que isso gerasse uma melhor adaptação e conhecimento das normas, sendo que, 75% responderam que sim, investiram, e 25% responderam que não.

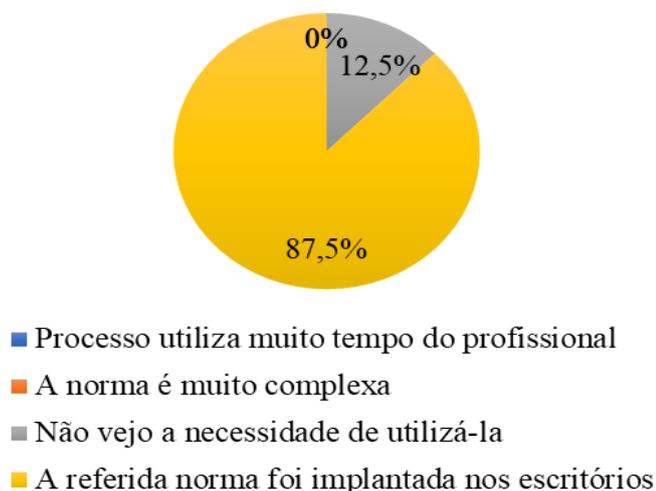
Quanto a necessidade de aplicação das normas de contabilidade, tendo em vista que mesmo sendo obrigatório alguns escritórios ainda não a implantaram, 87,5% responderam que

sim, estão cumprindo com a norma e 12,5% responderam que não, não cumprem com a norma.

Em relação aos benefícios encontrados na implantação das normas as respostas foram, “padronização”, “adequação”, “com a obrigatoriedade de algumas demonstrações acabou gerando mais informações para os clientes gerenciarem melhor as empresas”, “ficar adequado as normas brasileiras e internacionais da contabilidade”, “para os clientes há uma dinâmica maior na tomada de decisões importantes”, “facilita análise de crédito de bancos, fornecedores, relatórios do IBGE, do governo e demais” e “uma análise mais especializada dos resultados das empresas”.

Foi questionado qual seria o motivo do escritório não implantar a NBC TG 1000, 12,5% responderam que não veem a necessidade de utilizá-la e 87,5% responderam que a referida norma foi implantada nos escritórios.

Gráfico 8: Motivo do escritório não implantar a NBC TG 1000

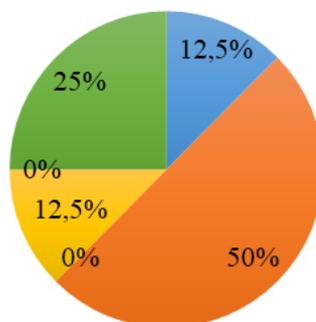


Fonte: dados da pesquisa.

Também foi questionado para justificarem a pergunta anterior, para melhor esclarecimento do motivo do escritório não implantar a norma, 87,5% deixaram em branco pois seguem a norma conforme solicitado e apenas 12,5% justificou dizendo que: “A aplicação da referida norma nos deixaria com dados incompletos ou diluídos. A contabilidade não traria todas as informações que se deseja”.

Com relação as dificuldades encontradas pelos escritórios contábeis para aplicação da norma, 50% responderam ter sobrecarga de trabalho e aumento de custos na prestação de serviços ao cliente, 25% responderam que a norma exigia complexidade, 12,5% responderam que ocorreu falta de divulgação, orientação e treinamento por parte dos órgãos competentes e entidades e 12,5% responderam ter tido problemas na falta de estrutura dos escritórios de contabilidade.

Gráfico 10: Dificuldade para aplicação da norma

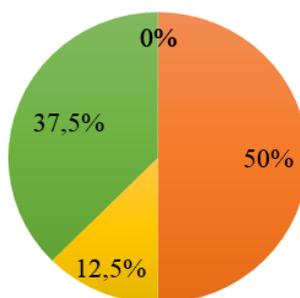


- Falta de divulgação, orientação e treinamento por parte dos órgãos competentes e entidades.
- Sobrecarga de trabalho e aumento de custos na prestação de serviços ao cliente.
- Falta de qualificação ou treinamento para aplicar a norma.
- Falta de estrutura dos escritórios de contabilidade.
- Desconhecimento do assunto.
- Complexidade da norma.

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação a principal demanda pela utilização da contabilidade, 50% responderam ser o planejamento tributário, 37,5% responderam ser apoio em questões fiscais e trabalhistas e 12,5% responderam ser a decisão de investimentos.

Gráfico 11: Demanda pela utilização da contabilidade



- Planejamento tributário
- Decisão de investimentos
- Apoio a questões fiscais e trabalhistas
- Escrituração contábil e fiscal
- Contabilidade gerencial

Fonte: dados da pesquisa.

No que diz respeito ao fato do empresário pedir auxílio no entendimento das demonstrações contábeis, 100% responderam que sim, os gestores pedem auxílio de seus contadores no entendimento das demonstrações contábeis, sendo que destes, 75% dos empresários colocam que perceberam melhorias e 25% responderam que não, não constatarem nenhuma melhoria com a implantação da norma.

5. Conclusão

As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) são um conjunto de regras e procedimentos de conduta que devem ser observados como requisitos para o exercício da profissão contábil, bem como os conceitos doutrinários, princípios, estrutura técnica e procedimentos a serem aplicados na realização dos trabalhos previstos nas normas aprovadas por Resolução emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Santa e Laffin (2012) destacam a importância da informação contábil para a gestão de pequenas e médias empresas, relatando que são os problemas gerenciais os maiores motivos para a mortalidade das empresas, no país. Os autores afirmam que o benefício alcançado pelas pequenas e médias empresas com as mudanças nas Normas Brasileiras de Contabilidade é um número maior de informações fornecidas pela contabilidade, que dá mais subsídios para a tomada de decisão.

Portanto o presente trabalho pesquisou sobre a aderência das Pequenas e Médias Empresas (PME's) a NBC TG 1000 nos escritórios contábeis de Guaporé.

Para tanto foi aplicado um questionário destinado aos escritórios de contabilidade de Guaporé, atingindo uma amostragem de dezessete escritórios contábeis, e com um retorno de oito dos questionários enviados. Através desta coleta de dados foi possível realizar algumas apurações.

O processo de convergência brasileira aos padrões internacionais se iniciou em 2007 com a publicação da Lei 11.638 e em 2009 com uma Resolução 1.156 do CFC. Com isso os escritórios de contabilidade precisaram se adaptar aos novos procedimentos, fazendo com que os contadores e seus escritórios investissem em treinamento, dos pesquisados, 75% responderam que investiram em treinamento e apenas 25% responderam que não.

De acordo com o resultado da pesquisa, as normas de contabilidade foram aplicadas a 87,5% das pequenas e médias empresas e 12,5% não aplicam a norma. Os benefícios encontrados foram: adequação; padronização; com a obrigatoriedade de algumas demonstrações acabou gerando mais informações para os clientes gerenciarem melhor as empresas; ficar adequado as normas brasileiras e internacionais da contabilidade; para os clientes há uma dinâmica maior na tomada de decisões importantes; facilita análise de crédito de bancos, fornecedores, relatórios do IBGE, do governo e demais; e uma análise mais especializada dos resultados das empresas.

Sobre as maiores dificuldades encontradas pelos escritórios quanto a implantação das normas foram a sobrecarga de trabalho e aumento de custos na prestação de serviços ao cliente e a complexidade da norma.

No entanto o trabalho apresentou como limites da pesquisa o fato de que nem todos os questionários enviados foram respondidos, pelo motivo de ter sido aplicado somente na cidade de Guaporé pode não refletir a realidade da região. Sugere-se novas pesquisas sobre o tema na cidade e nas demais regiões para melhor averiguação e entendimento sobre o assunto.

Referências

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 16/05/2021.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Art. 177.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm artigo 177 lei 1.638>. 2007. Acesso em 13/06/2021.

CASTILHOS, Nádia Cristina; DECÓ, Chaiane Vargas; BALZAN Fabíola Ponzoni; BERTOLLO, Diego Luís. **Normas Internacionais de Contabilidade: Um Estudo Sobre a Adaptação dos Escritórios Contábeis do Município de Caxias do Sul.** Caxias do Sul. 2015. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/xvmostrappga/paper/view/4259>>. Acesso em 02/04/2021.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica.** São Paulo: Editora Afiliada, 2006. <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/341/pdf/0?code=8d4Y43U9wt2qsD537jhoAQz/vLZ+D5QfXBLURf5UxduWKc46WhYICVVuX3NIIW3BWTwNim9g1Lu7uRQldk11Ng==>>. Acesso em 05/06/2021.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Conselho Federal de Contabilidade. **Contabilidade para pequenas e médias empresas: normas brasileiras de contabilidade: NBC TG 1000.** Conselho Federal de Contabilidade. 2. ed. Brasília. 2012.

Conselho Federal de Contabilidade. **Normas Brasileiras de Contabilidade.** Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/perguntas-frequentes/normas-brasileiras-de-contabilidade/>>. Acesso em 21/04/2021.

CORONADO, Osmar. **Contabilidade gerencial básica.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CORRÊA, Michel Dias. **Contabilidade Internacional.** 1ª ed. - Curitiba: Iesde, 2012.

DEACONU, Adela; NISTOR, Cristina; POPA, Silvia. **Análise das necessidades das partes interessadas e sua inferência sobre relatórios financeiros de PMEs.** Abril, 2009. Disponível em: <<http://www.ssrn.com/>>. Acesso em: 28/05/2021.

DELOITTE. **Normas Internacionais de Contabilidade.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ERNST & YOUNG. **Guia para a elaboração das demonstrações financeiras 2009/2010.** KPMG. Sinopse contábil e tributária. 9a ed. s/l, 2009.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FANTINATO, Marcelo. **Métodos de Pesquisa**, 2015. Disponível em: <<http://each.uspnet.usp.br/sarajane/wp-content/uploads/2015/09/M%C3%A9todos-de-Pesquisa.pdf>>. Acesso em 28/05/2021.

FONSECA, E. N. **Bibliometria: teoria e prática**. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 1986.

GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. **Manual de Contabilidade Societária**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Altas. 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016161/cfi/6/16!/4/2/4@0:0>>. Acesso em 16/05/2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3a. ed. São Paulo: Altas. 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 27.Ed. Petrópolis- RJ, 2010.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: iniciação à pesquisa**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. 2a. ed. São Paulo: Editora Atlas. 1991. 242 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2007.

LUNARDI, Guilherme Lerch; DOLCI, Pietro Cunha; MAÇADA, Antonio Carlos Gastaud. Adoção de tecnologia da informação e seu impacto no desempenho organizacional: um estudo realizado com micro e pequenas empresas. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, v.45, n.1, p.05-17, jan./fev./mar. 2010.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos Básicos, Pesquisa Bibliográfica, Projeto e Relatório**. 7ª ed. - São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, Jose Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis – Contabilidade Empresarial**. 3ª ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed.

Petrópolis: Vozes, 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. 1ª ed. - São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, Clóvis Luíz; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. **Manual de Contabilidade Internacional: IFRS - US Gaap - BR Gaap: Teoria e Prática**. 1º ed. - São Paulo: Cenage Learning, 2012.

Portal da Educação. **Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade**. Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC/RS, 2009). 18 mar. 2013. São Paulo. Disponível em: <<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/normas-brasileiras-e-internacionais-de-contabilidade/39161>>. Acesso em: 02/04/2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano e FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo. Universidade Feevale. 2013. Disponível em: <https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/291348/mod_resource/content/3/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf>. Acesso em 09/05/2021.

Pronunciamento CPC PME (R1). **Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para pequenas e Médias Empresas. Seção de 1 a 35**. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/392_CPC_PMEeGlossario_R1_rev%2014.pdf>. Acesso em 13/06/2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para Estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projeto de estágio e de pesquisa em Administração**: 3.Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SANTA, Stephane Louise Boca; LAFFIN, Marcos. Benefícios para as Pequenas e Médias Empresas com as mudanças nas Normas Brasileiras de Contabilidade. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 20-32, jan./abr. 2012.

SANTOS, F. de A. e VEIGA, W. E. **Contabilidade: Com ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SELLTIZ, C. *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE). **Pequenos negócios em números**. 07 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em 28/05/2021.

SILVA, Antonio Carlos Da e MARION, José Carlos. **Manual de contabilidade para pequenas e médias empresas**. Atlas, 10/2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522485017/cfi/16!/4/4@0.00>>.

Acesso em: 28/05/2021.

SILVA, Raul Corrêa da; SOARES, Jairo da Rocha. **Normas Internacionais de Relatórios Financeiros para Pequenas e Médias Empresas – IFRS-PME**. 2011. Disponível em: <<http://www.bdobrazil.com.br/en/publicacoes.html>>. Acesso em 21/04/2021.

SOUSA, M. N. **Contabilidade Brasileira e os Padrões Internacionais**. Contábeis. 05 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/artigos/3408/contabilidade-brasileira-e-os-padroes-internacionais/>>. Acesso em 21/04/2021.

STROEHER, Ângela Maria; FREITAS, Henrique. **O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas**. Revista de Administração da USP, São Paulo, v.1, n.1, jan./jun. 2008.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.